

O RAPTO DA RAZÃO: A DITADURA DA CIÊNCIA

Adalberto Paranhos*

ANTONACCI, Maria Antonieta M. *A vitória da razão(?) O IDORT e a sociedade paulista*. São Paulo, Marco Zero/CNPq, 1993, 285 p.

Em meio ao diz-que-diz-que do Café Nice, no coração do Rio de Janeiro, Orestes Barbosa e Noel Rosa se encontram como que casualmente. Orestes, que asseguraria seu lugar na eternidade na história da música popular brasileira com os versos de *Chão de Estrelas*, saca do bolso uma folha de papel contendo a letra de um samba em gestação. Dali a alguns meses, Noel dá à luz, numa gravação de 1933, a música *Positivismo*. Embaralhando as cartas, misturando dor de amor com Augusto Comte, o personagem da canção — que, no limite, poderia ser visto como um malandro e/ou um malabarista das palavras às voltas com dificuldades financeiras crônicas — se apropria, segundo a sua conveniência, do catecismo positivista, calcado no binômio “ordem e progresso”. Abandonado pela mulher “orgulhosa”, que cobra um “juro exorbitante” pelo que tem a oferecer, ele, espertamente, recorda-lhe uma das lições comtianas:

O amor vem por princípio, a ordem por base
O progresso é que deve vir por fim
Desprezaste esta lei de Augusto Comte
E foste ser feliz longe de mim.

Logo se vê, como enfatizam intelectuais ligados à história cultural, que mais importantes que os textos são as leituras que deles se fazem. Pois bem, no Brasil, setores não desprezíveis da burguesia industrial paulista, aliados a segmentos técnicos, souberam

* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, mestre em Ciência Política pela UNICAMP e doutorando em História na PUC/SP.

se apropriar igualmente, adaptando-o e atualizando-o, do legado positivista. Na sua busca persistente de garantir, a qualquer custo, a preservação da “ordem” como condição para o desenvolvimento do país, eles foram além, pondo à mostra afinidades mais profundas com o ideário positivista. Sob o império da razão instrumental, a ciência foi convertida em arma de combate ao “saber-fazer operário” e à sua autonomia de uma forma geral, detonando discursos e práticas ancorados na pretensa objetividade da ciência e neutralidade da razão técnica.

Tal é o eixo sobre o qual se sustenta o livro *A vitória da razão(?)* O IDORT e a sociedade paulista, de Maria Antonieta M. Antonacci. Seu olhar atento e perscrutador percorre especialmente o período 1931/1945, que abarca desde a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort) até a atuação dos idortianos sob a ditadura estado-novista, com a qual mantiveram íntimas relações. Seguindo de perto os desdobramentos da ação dessa instituição como parte de um movimento racionalizador de expressão internacional, a autora chama a atenção para as implicações mais amplas da Organização Científica do Trabalho (OCT). O tempo se encarregaria de demonstrar que se tratava, no fundo, de um projeto de modernização do processo de trabalho e das relações sociais como um todo, rumo a uma utópica sociedade disciplinada e inscrita, de corpo inteiro, na lógica do capital.

Ao que tudo indica, Antonieta Antonacci está perfeitamente ciente das advertências formuladas por Foucault quanto aos problemas gerados pelas “análises descendentes” ou “estatistas” da política, nas quais tudo ou quase tudo parece provir do Estado, que irradiaria o seu poder tentacular sobre toda a malha social. Já na introdução, extremamente reveladora de sua solidez teórica e da sintonia fina que entretém com o tema, ela nos apresenta os setores do empresariado vinculados ao Idort não mais desfigurados, mas dotados de rosto próprio. E ao longo de todo o livro, a burguesia industrial em foco está longe de se assemelhar à argila disforme em que as mãos hábeis do Estado demiúrgico do pós-30 esculpiriam seus traços característicos. Em *A vitória da razão(?)*, a autora cumpre com o prometido: são apreendidas dimensões do processo de constituição do empresariado industrial, em meio às lutas sociais e à tentativa de alargar o poder patronal dentro e fora do universo fabril. Nesse retrato não mais em negativo, essa fração burguesa emerge a partir das contradições intra e interclasses, no seu fazer-se e refazer-se permanente, mergulhada no seu tempo e espaço históricos, evidenciando “quão fluidos e mutáveis são os limites de exercício da dominação e da resistência” (p. 19).

Sem procurar se refugiar no comodismo de modelos preestabelecidos, Antonietta Antonacci não pactua com o lugar-comum e critica expressamente toda e qualquer concepção linear-homogênea da história. De resto, isso está presente em sua obra pela própria assimilação das contribuições de Thompson, Castoriadis, Foucault, Michelle Perrot, Hannah Arendt e Maria Célia Paoli, entre outros. Nessa perspectiva é que ela reavalia o peso político da burguesia industrial como um sujeito histórico que, mesmo experimentando debilidades e oscilações, reuniu forças suficientes para gravar suas marcas na sociedade e no aparato institucional, principalmente no “Estado Novo”. Por essas razões, *A vitória da razão(?)* se insere num movimento de revisão historiográfica que tem, a meu ver, em Eli Diniz e Angela de Castro Gomes duas de suas referências básicas.¹

O itinerário do livro nos transporta, no primeiro capítulo, para o final da década de 10 e para os anos 20. Desde o pós-guerra, como frisa a autora, vivia-se um momento marcado pela expansão, em escala planetária, da economia de mercado, simultaneamente ao acirramento da concorrência intercapitalista e à agudização dos conflitos sociais. Em nome da produtividade, da eficiência e da competência, ganham espaço o taylorismo e o fordismo, e, nesse cenário, a racionalização promove o agenciamento de “técnicas de poder” tendo por alvo a redefinição da disciplinarização/dominação social.

Ainda na década de 20 a incipiente cruzada racionalizadora no Brasil vai, aos poucos, tomando corpo. Das condições de trabalho à fixação dos salários, nada deveria escapar, em princípio, à “arbitragem da ciência” para que se atingisse a assepsia ou a despolitização do mundo fabril. Rendia-se culto à “autoridade imparcial, competente, objetiva e autoritária da Ciência” (p. 59). Num zás-trás, a palavra se fez prática, e surgiram, por essa época, as primeiras experiências de “ensino profissional racional”, contando com o concurso de técnicos e cientistas que canalizaram suas energias em torno da requalificação/reeducação dos trabalhadores.

O capítulo 2 possibilita-nos conhecer em detalhes tanto a organização como os métodos e princípios que balizaram a intervenção social do Idort, num tempo em que, à influência das concepções de Taylor e de Ford, se somam as idéias de Fayol. Pondo

1 Guardadas as peculiaridades das abordagens dessas três autoras, une-as a preocupação comum de reexaminar a importância da atuação política da burguesia industrial, tão descuidada pelos analistas da nossa história. Ver especialmente Diniz, E., *Empresário, estado e capitalismo no Brasil: 1930/1945*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; e Gomes, A. M. de C., *Burguesia e trabalho* (Política e legislação social no Brasil—1917/1937), Rio de Janeiro, Campus, 1979. Ressalve-se que vários trabalhos significativos que se ocuparam do empresariado industrial como ator político e de suas relações com o Estado no período privilegiado por Antonacci são tão-somente mencionados na bibliografia, sem que se estabeleça com eles o diálogo que se poderia esperar.

as cartas sobre a mesa, Antonieta Antonacci dá voz às fontes prioritárias de sua análise crítica: livros e artigos das primeiras décadas deste século e, mais especificamente, relatórios anuais e atas de reuniões de diretoria do Idort, bem como relatórios de trabalhos executados e a revista da entidade.

A criação do Idort, segundo um de seus ideólogos, o engenheiro e administrador Aldo Mário de Azevedo — proprietário da Fábrica de Tecidos Japhy, de Jundiá —, se devera, em parte, à “recrudescência das chamadas lutas de classe tão prejudiciais ao desenvolvimento” (p. 117). Corporificava-se, portanto, a percepção da articulação entre os interesses da burguesia e o “progresso da ciência”. E, em decorrência, tentava-se instalar, por assim dizer, a *ditadura da ciência*.²

Cosificados, os trabalhadores são reduzidos, para usar uma expressão gramsciana, a uma espécie de “gorilas amestrados”, meros objetos nas propostas racionalizadoras de cálculo, previsão e manipulação total no processo de trabalho. A quimera do controle absoluto é reafirmada a todo momento, pois, como lembra a autora, ao invocar Castoriadis, “a execução deve se tornar pura execução e, simetricamente, a direção deve se tornar direção absoluta e perfeita” (p. 137).³ E isso é explicitado, sem o menor pudor, no discurso de representação idortiano, de conteúdo entranhadamente elitista e antidemocrático. Nas suas metáforas organicistas a direção é identificada à cabeça e os músculos aos operários, aos quais caberia obedecer “(sem discutir) as ordens e determinações do centro diretor”. Nessa linha de raciocínio o conflito social exprimiria uma inversão natural das coisas, ou por outra, “as chamadas lutas de classe não são mais do que (...) fígado e estômago que pretendem ser cérebros de vez em quando...” (pp. 141-42). Equiparada a “doença” abjeta (e, aqui, qualquer semelhança com a sociologia durkheiminiana não é simples coincidência), a luta de classes somente seria passível de ser debelada graças à intervenção da razão técnica estatal e não estatal.

A ação concreta desfechada pelo Idort é objeto de análise a partir do terceiro capítulo, que compreende os anos 1931/1937. Numa primeira fase, de alcance ainda bastante restrito da proposta idortiana, suas atividades se concentraram, acima de tudo, no assessoramento técnico com vistas à reorganização administrativa e produtiva das empresas, tidas como “células da nova ordem” racional. Operando, no entanto, no interior

2 Convém salientar que Antonieta Antonacci não sucumbe ante a tentação do maniqueísmo: os raptos da razão, ela não só o sabe como fornece indicações nesse sentido, não foram exclusivos da direita.

3 Daí que, se em tempos passados, como já acentuou o próprio Castoriadis, a religião sacralizava a auto-ridade, agora a ciência e a técnica se converteram no “equivalente prático do sagrado”. Castoriadis, C. e Cohn-Bendit, D., *Da ecologia à autonomia*, São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 17.

de fronteiras móveis, o Idort produzirá uma reorientação estratégica na sua inserção na sociedade brasileira. Para tanto foi fundamental a nomeação do presidente da entidade, Armando de Salles Oliveira — também presidente da Sociedade Anônima O Estado de S. Paulo —, como interventor estadual, já que se abrirá então a possibilidade da extensão da racionalização à área dos serviços públicos.

Ao dilatar seu campo de atuação, o Idort, como destaca Antonieta Antonacci, viverá, entre 1934 e 1937, sua principal experiência, ao lhe ser confiada a RAGE (Reorganização Administrativa do Governo do Estado). Seu discurso passa a incorporar a defesa de uma “intervenção racional” na produção e no trabalho via Estado, no que se afinava, por sinal, pelo mesmo diapasão pró-intervencionista de Armando de Salles Oliveira, sob a óbvia condição de que não se confundisse com o “aberto intervencionismo dos socialistas de Estado” (p. 187).

A RAGE funcionou como a vitrine através da qual o Idort adquiriu maior visibilidade e projetou nacionalmente sua influência. Nessa trilha, quando, em novembro de 1937, um golpe de Estado instaura a ditadura estado-novista, a Constituição outorgada é saudada em editorial da *Revista do Idort* como uma incontestável *vitória da razão*. Dois pontos, sobretudo, fascinavam os idortianos: as diretrizes constitucionais intervencionistas, tomadas como consagração das idéias racionalizadoras, e, mais concretamente, a criação de condições para a instalação de agências racionalizadoras, tipo DASP (Departamento Administrativo de Serviço Público), que viraria realidade em 1938. Efetivamente, acrescento, estávamos frente a uma situação em que, mais do que em outras circunstâncias, se tornava palpável, como diria Gramsci, a materialidade da ideologia, que desembocava na geração de aparatos institucionais racionalizadores do “Estado Novo”. Nada estranha, portanto, “a adesão do Idort à saída racional-corporativa da ‘Ditadura Científica’, explorando as afinidades da reorganização científica do trabalho com o positivismo varguista” (p. 207).⁴

Entre 1938 e 1945, o Idort redireciona suas práticas visando sobretudo à formação de uma “mentalidade racional”, assunto abordado no capítulo 4. Essa decisão levou em conta, logicamente, uma reavaliação da atuação da entidade, os percalços enfrentados e inclusive o crescimento do número de outras instituições racionalizadoras. Promoveram-se a partir daí atividades de caráter mais amplo, em conjunto com órgãos gover-

4 A autora caracteriza tal Estado como corporativo. Em que pese o conteúdo corporativista da ideologia autoritária na qual ele buscava legitimar-se e, mais, as medidas parciais de natureza corporativa que foram postas em prática, sou da opinião de que permanece como um ponto em aberto a existência efetiva de um Estado Corporativo propriamente dito.

namentais, associações profissionais e de classe, iniciativas sempre animadas pelo propósito de racionalizar igualmente a sociedade e o Estado, na tentativa de bloquear os canais por onde passam o indeterminado e o imprevisível. Nisso tudo, aliás, o Idort exibiu, sem ter do que se envergonhar, suas afinidades declaradas com o R.K.W. (Instituto de Racionalização do Reich), merecedor de pleno apoio do “Novo Estado Alemão”.

Em meio ao avanço da racionalização sob o “Estado Novo”, sobressai outra notável contribuição de *A vitória da razão(?)*. Ao contrário da quase totalidade dos autores que trataram da ditadura estado-novista, os trabalhadores não aparecem aí silenciados ou encarados como mera caixa de ressonância do discurso estatal. Embora eles não constituam seu objeto específico de pesquisa, Antonieta Antonacci faz questão de recolher indícios dispersos e fragmentários de suas resistências. Municiando-se do material do Idort e também de setores da Igreja Católica identificados com as práticas racionalizadoras, ela recolhe os dados dispostos tal qual as peças de um quebra-cabeça e as rearranja habilmente. Assim, a autora sublinha que, se em 1939 os idortianos investiam contra a sabotagem, em 1942, sob o pretexto de que o Brasil estava em guerra, se lançava um “basta de reivindicações”, de “nós queremos”, num momento em que muitos direitos trabalhistas começavam a ser suspensos ou transformados em letra morta. Não era à toa, como se vê, que o Idort tinha generosa acolhida nas páginas do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Nos editoriais da revista da entidade, insistia-se, à maneira dos órgãos governamentais, que a conjuntura de guerra exigia, mais do que nunca, organização e disciplina.

Mesmo diante desses contratempos, é inegável, como conclui Antonieta Antonacci, que o Idort alcançou no “Estado Novo” o auge de sua projeção e influência no período estudado. Formaram-se núcleos da instituição em diferentes pontos do país. Estreitaram-se os laços com o CFESP (Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional) e com o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), cujos cursos foram instalados em 1943. A racionalização era ao mesmo tempo incensada, em 1943, no 1º Congresso Brasileiro de Economia e, em 1944, no Congresso Brasileiro da Indústria. O Idort figurou ainda entre os sócios-fundadores da Fundação Getúlio Vargas, em 1944. Por tudo isso, ressalta a autora, ele acabou contribuindo significativamente para a formação de uma “tecnocracia industrial”.

Consumou-se a vitória da razão? Não nos precipitemos, quando mais não seja porque, tanto quanto no amor, há triunfos que parecem eternos enquanto duram. Daí a interrogação pendurada no título do livro. Afinal, como afirma Antonieta Antonacci, “novas perspectivas de controle refazem oportunidades de resistência” (p. 19).